

## COMUNICAÇÃO COORDENADA

### O INGRESSO DA ‘COMUNICAÇÃO DE RISCO’ NA MÍDIA GLOBAL: A CRIAÇÃO DE UMA AGENDA SOBRE “O QUE OBSERVAR”

Dione Oliveira Moura<sup>1</sup>

#### RESUMO

O estudo faz um histórico do ingresso da ‘comunicação de risco’ (risk communication) na mídia global a partir de alguns fenômenos que envolvem a criação de uma agenda internacional que propõe ‘o que deve ser observado’ em termos de temas que causam grande impacto sócio-ambiental. Dentre estes temas, estão desde o desmatamento da Amazônia, escassez de água, qualidade de vida e saúde até ‘cidades sustentáveis’. Contextualiza o risco científico-tecnológico e ambiental como um fenômeno da modernidade e discute como o risco tem sido inserido na agenda de debates a partir da ação de vários setores sociais, incluindo o ONGs ambientalistas, comunidade científica, e comunidade internacional, por meio da assinatura de tratados e acordos que têm como foco principal o que tem sido denominado como uma ética da prevenção.

**Palavras-chave:** comunicação de risco, jornalismo, prevenção

---

<sup>1</sup> **Dione Oliveira Moura**, Doutora em Ciências da Informação, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Diretora Editorial da *SBJor*; Coordenadora Editorial da *Brazilian Journalism Research*, periódico da SBPJor. Endereço Eletrônico: [moura@unb.br](mailto:moura@unb.br).

## **Apresentação**

O estudo expõe que, durante décadas, especialmente entre os anos 60 e 80, o discurso da prevenção de riscos advindos do progresso científico e tecnológico esteve concentrado dentre setores sociais específicos – ambientalistas, cientistas, alguns partidos políticos, movimento comunitário e, paralelamente, foi sendo incorporado à agenda pública via, também, discurso jornalístico .

A partir de meados da década de 80, acirraram-se os sintomas de que os problemas socioambientais e os riscos científico-tecnológicos eram mais sérios do que até então se considerava preocupação restrita aos ambientalistas (denominados como radicais) e cientistas (denominados como visionários). Então, em fins do século XX, com a entrada da década de 90, o setor produtivo incorpora paulatinamente as tecnologias ambientalmente corretas, o movimento ambientalista ocupa maior espaço na mídia, por meio de estratégias diversas e a temática do risco científico, tecnológico e ambiental ganha corpo em termos de agenda pública. Aos poucos, diante da visibilidade dos problemas ambientais – chuva ácida e outros fenômenos próprios à poluição, extinção de espécies da fauna e da flora, desertificação e desmatamento de florestas, tem sido criado um capital simbólico que estabelece status social a ações ecologicamente corretas.

Nesse meio tempo, a área de comunicação, seja na área do jornalismo ou na da propaganda, ou da indústria do entretenimento, tem sido convocada para dialogar no sentido de tornar o dilema socioambiental e o risco científico-tecnológico e ambiental acessível ao debate público.

## **A eclosão do Risco Tecnológico no debate social**

Identificamos a existência, para efeitos de apresentação, de quatro ciclos na evolução da percepção pública associada à comunicação do risco (do original ‘risk communication’) e ao agendamento do risco na imprensa, aqui considerado enquanto risco

presente na dimensão científico-tecnológica e ambiental. O primeiro ciclo vai de inícios do Século XX até princípios da década de 40. O segundo ciclo está compreendido entre a Segunda Guerra Mundial e fins da década de 60. O terceiro ciclo, entre os anos 70 e 80 do século já passado, período marcado pelo diagnóstico de que os produtos da ação humana e das inovações científico e tecnológicas poderia oferecer riscos inadministráveis e com resultados de alto impacto negativo, percepção acelerada pela divulgação internacional do acidente na Usina de Chernobyl. O quarto ciclo, enfim, é o período que se iniciou na década de 90, tendo como marco a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio92).

### **Liberalismo Econômico como fundamento do Progresso**

O século XVIII promoveu a consolidação a leitura, ainda vigente, da natureza estava a serviço do processo civilizatório. Tornou-se dominante lógica de supremacia humana sobre o mundo natural, uma espécie de alicerce do Liberalismo Econômico (*laissez faire laissez passer*), que toma os recursos naturais como mercadoria. Com a segunda Revolução Industrial, já no século XIX, a tecnologia e a ciência associam-se à indústria como forma de extrair o máximo de energia da natureza, o que dispara um modo de extração de recursos naturais tidos, então, como fontes inesgotáveis ao dispor da promoção do progresso econômico. Logo, a ascensão da burguesia na *Era das Revoluções*<sup>2</sup> insere-se no conflito entre o ideal romântico da vida nos pequenos vilarejos, por um lado, e, por outro, como promotor da industrialização e da urbanização, o ideal racional do progresso e da tecnologia.

Entre a Segunda Guerra Mundial e fins da década de 60 começou a instalar-se uma percepção pública sobre os limites da segurança tecnológica. Imediatamente após a Segunda Guerra, o discurso homogêneo na imprensa norte-americana (MOURA,2002) assinalava a vitória da Ciência na Guerra, o que desdobrou em um modelo militar de desenvolvimento científico. Contudo, já na passagem para a década de 70, alguns sinais de deterioração ambiental recrudescem, assim como tomam destaque internacional certos

---

<sup>2</sup> Hobsbawm define o período compreendido entre 1789 a 1848 como a Era das Revoluções, abarcando a 'dupla revolução': a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial (HOBBSAWM, 1986).

acidentes impacto ambiental irreversível. A cobertura de um destes acidentes pela imprensa, ocorrido em Three Mile Sland (em 1979, nos EUA) foi objeto de estudo de Veron (1981)

Em um terceiro momento, entre os anos 70 e 80 do século já passado, consolidou-se o diagnóstico de que os produtos da ação humana e das inovações científico e tecnológicas poderia oferecer riscos inadministráveis e com resultados de alto impacto negativo.

Logo no início da década de 70, em 1972, a Conferência de Estocolmo representou um alerta com repercussão internacional para as dificuldades de alcance dessa promessa de riqueza para todos ao mesmo tempo em que vigorava um modelo de desenvolvimento concentrador de renda, que extenuava os recursos naturais e produzia muitos resíduos do processo industrial e do consumo.

Nesse processo de industrialização, a natureza foi simbolicamente oposta à civilização e, assim, quanto mais civilizada tornava-se a sociedade, menos sinais de mundo natural ela deveria manter. As máquinas, instrumentos e artefatos advindos da modernização estavam a serviço de domar a imensa energia da natureza e transformá-la em bem econômico. A idéia de que a natureza existe para (e somente para) satisfazer as necessidades humanas ainda subjaz como o paradigma ambiental dominante, embora não mais monopolizador (MOURA, 2002).

Schramm, já década de 70, apontava a relação entre a visibilidade da ecologia como tema público e o papel da cobertura da imprensa (SCHRAMM: 1971). Essa percepção aponta para a compreensão sobre os motivos pelos quais a imprensa tem sido objeto de atenção do movimento ambientalista e das instituições internacionais, no sentido de dar destaque à questão do risco.

O desenvolvimento industrial global, acelerado a partir de meados do século XX, é apontado por vários autores (SILVER & DeFRIES, 1990; BECK,1992; GIDDENS,1991) como responsável pela maioria dos riscos enfrentados pela sociedade moderna. O convívio com riscos de origem tecnológica, científica ou ambiental é uma herança do século XX, o século em que se intensificou a extração e a degradação ambiental; em que parte significativa dos recursos naturais foi colocada a serviço da geração de energia, do processamento industrial ou do depósito de resíduos da industrialização e do consumo (lixo industrial e lixo doméstico).

Esse modelo de desenvolvimento desembocou na Sociedade de Risco, afirmam os sociólogos Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1991). Para ambos, a sociedade moderna gera o fenômeno da modernidade reflexiva, a qual, ao mesmo tempo em que multiplica as situações de risco, estimula, também, pelo mecanismo da reflexividade, a um posicionamento crítico sobre esse tipo de modernidade.

Assim, podemos perceber a eclosão da terceira fase de desenvolvimento científico-tecnológico Freeman (1995), período este no qual os temas ecológicos a qualidade de vida a questão ambiental são priorizados no debate social.

## **1.Comunicação de Risco e o agendamento dos acordos internacionais e movimentos sociais**

O paradigma de exploração dos recursos naturais, que, de modo geral, tem unicamente o lucro econômico como princípio e fim de todas ações, doravante tem que dialogar com um paradigma emergente que, sem excluir a busca de lucratividade e geração de riquezas, privilegia antes outros elementos do complexo socioambiental, como a qualidade de vida e a sustentabilidade. Esse conjunto de atores sociais tem buscado uma aliança pública internacional pela resolução dos problemas socioambientais. Aliança que faz crescer o grau de capital simbólico a cada solução posta em prática na direção de resolver tais problemas. O histórico desses diagnósticos propiciou a eclosão de um novo paradigma ambiental que dá mais ênfase ao potencial da informação ambiental para a educação, a prevenção e a transferência de tecnologia (ERCEGOVAC, 1992).

Viola (1996, pp 27-28) elenca várias instituições, organizações e movimentos que emergem da histórica preocupação pública com a deterioração ambiental:

- 1) organizações não-governamentais e grupos comunitários, muitos atuantes em escala internacional;

- 2) agências estatais federais, estaduais e municipais dedicadas à proteção ambiental;
- 3) grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais
- 4) administradores e gerentes dos processos produtivos que contemplem a eficiência do uso de materiais, a conservação da energia, a redução da poluição, o *ecodesign* e a qualidade total;
- 5) mercado consumidor verde (agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes
- 6) reutilizáveis, produtos produzidos com tecnologias limpas e com matérias-primas produzidas de modo sustentável;
- 7) “selos verdes” e ISO 14000; agências e tratados internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Convenção de Viena-Montreal para a proteção da camada de ozônio, a Convenção de Basel sobre o comércio de lixo tóxico e as Convenções do Rio sobre mudança climática e biodiversidade destinados a resolver os problemas ambientais que se expandem além das fronteiras nacionais.

## **2. Comunicação do Risco e o agendamento em aliança da Mídia com o Setor Produtivo**

Desde meados da década de 90, o tema socioambiental tem sido muito enfatizado pela mídia, não só em campanhas de promoção de produtos, empresas ou projetos ambientais, quanto na cobertura jornalística (problemas ambientais, soluções sustentáveis) e também na indústria do entretenimento (jogos eletrônicos em cd-rooms, , filmes, desenhos animados, seriados de tv, portais de Internet).

Cientes dos riscos criados pela ação humana os setores sociais organizados reivindicam que a mídia abra espaço de interlocução sobre tais temas. Da mesma forma, ONG's ambientalistas e sociedades de cientistas com uma postura crítica, a exemplo da SGR (Sociedade de Cientistas pela Responsabilidade Global), buscam abrir espaços alternativos de comunicação (boletins, sites, revistas) em busca de visibilidade, ou procuram agendar temas científicos na mídia (como o movimento de cientistas em prol da assinatura do Protocolo de Kyoto).

### **3 . Comunicação do Risco e Tecnologias Sociais**

O diagnóstico dos limites do crescimento econômico, simultaneamente, dividiu espaço com os sinais de que a ação preventiva também podia ser lucrativa em termos econômicos. O primeiro motivo para essa identificação, foram os prejuízos significativos com a recuperação dos danos ambientais. Em termos muito resumidos, conclui-se ser mais econômico evitar ou minorar certos impactos ambientais. Na década de 80, por exemplo, o programa norte-americano *Superfund*, que reuniu capital público e privado, investiu 20 bilhões de dólares entre 1981 e 1992 na recuperação de áreas em que eram despejados resíduos tóxicos (DEMAJOROVIC, 2003). Nesse mesmo intervalo, três vazamentos químicos (em Bophal, 1984, na usina de Chernobyl, 1985 e no Alaska, 1992) obtiveram repercussão internacional e contribuíram para a contabilidade dos prejuízos advindos dos danos ambientais e riscos tecnológicos

Mas não só evitar multas e gastos com recuperação apontaram os lucros. Quatro outros fatores foram relevantes; i) estímulos ao sistema produtivo, a exemplo das Normas ISO e certificados ambientais;ii) a disposição dos consumidores em comprar produtos menos danosos ao meio ambiente e à qualidade de vida; iii) a exigência do consumidor de que as empresa; iv) por fim, o capital simbólico que passou a ser associado ao consumo verde, capital simbólico esse revertido para a imagem da empresa, produto e/ou processo.

Diante do diagnóstico dos limites do crescimento econômico baseado no modelo alto consumo/alta produção de resíduos/alta produção de impacto ambiental, por um lado, e dos lucros diretos ou indiretos de uma posição mais responsável em termos socioambientais, o sistema produtivo passou a reorganizar-se para manter-se em funcionamento. Nem todos países incorporam tais mudanças ao mesmo tempo. O ingresso do sistema produtivo nas práticas de maior cuidado ambiental depende de um conjunto que envolve a legislação ambiental (suas características e sua efetiva aplicação); tecnologias ambientalmente limpas desenvolvidas, testadas e disponíveis; empresariado informado e consciente dos benefícios para sua empresa e para o consumidor de uma ação ambientalmente correta; cidadãos informados e dispostos a cooperar com práticas socioambientais inovadoras e consumidores atentos às características de produtos e processos que geram menor dano socioambiental.

#### **4. Comunicação do Risco e Direitos do Cidadão**

O consumo ecologicamente correto produz – sobre o consumidor, o produto, empresa ou projeto - efeitos simbólicos advindos do capital econômico, cultural ou social associados a tais empresas, produtos ou projetos que circulam no mercado verde. O consumidor, após o choque pós anos 80, de que o Planeta Terra não suportaria (e de fato não suporta) o impacto da ação humana de proporções cumulativas (SILVER & DeFries, 1990), com a entrada do mercado verde, reposiciona-se em um novo lugar de consumo, associado a novo capital simbólico.

O padrão de consumo “mais é melhor” (mais produtos, mais bens, mais capital, mais resíduos), passou a ser contrastado o padrão de consumo “menos é melhor” (menos poluentes, menos resíduo, menos depredação ambiental).

Um consumidor mais exigente<sup>3</sup>, com maiores expectativas quanto ao impacto ambiental do produto que adquire, ao lado do mercado internacional que valoriza a certificação ambiental para fins de importação, são fatores impulsionadores e fortalecedores do montante de capital simbólico associado ao consumo ecologicamente correto e, por correlação, as empresas e instituições desse campo.

#### **5. Comunicação de Risco como princípio sobre ‘o que observar’**

Retomando princípios da década de 70, uma sucessão de acordos internacionais, os movimentos ambientalistas, a comunidade de cientistas e as mudanças de hábito dos consumidores, ao lado de vários dos fatores já citados, criaram uma verdadeira agenda pública internacional sobre ‘o que observar’ em termos de risco científico-tecnológico e ambiental. Contudo, este palco é ocupado por atores bastante diversos, assim como seus interesses:

“O meio ambiente é o centro de uma disputa de poder neste final de século. Os empresários estão conseguindo roubar a bandeira dos movimentos ecológicos. As palavras de ordem agora são custo ambiental e parceria. As empresas não só descobriram que podem ganhar muito dinheiro fazendo o que os ecologistas vêm dizendo há mais

---

<sup>3</sup> Rolston & Benedetto (1994 apud SCHERER & POLEDNA, 2003) definem o consumidor verde a partir de um consumo que busca anular ou tornar positivo o impacto sobre o Planeta e todo o sistema (meio ambiente e habitantes).

de duas décadas, como perceberam que evitar o desperdício e implantar tecnologias limpas é uma questão de sobrevivência no mercado globalizado” (VILLAR, 2002).

Seja como for, por estratégia de marketing promocional de produtos verdes, ou por real enfoque de ações sociais ecologicamente corretas, etc, formou-se um pano de fundo para as discussões acerca do risco científico-tecnológico e ambiental, no que pode ser denominado como uma ética da prevenção.

A perspectiva da prevenção vem buscando presença, agendamento na imprensa e é uma perspectiva contrária ao modelo anterior, o qual preconizava o domínio e a conquista das formas de vida. Esta nova perspectiva é pautada pela agenda internacional que propõe ‘o que deve ser observado’ em termos de temas que causam grande impacto sócio-ambiental: desde as sempre presentes queimadas na Floresta Amazônica ao efeito estufa, dentre outras pautas. Contudo, estes temas não são apenas modismos, ainda que, muitos sejam incorporados no sistema produtivo como marcas de produtos de prateleira nos hipermercados. Mais do que isso, a comunicação do risco, nesta perspectiva da prevenção, adentrou a esfera do jornalismo e da mídia como um todo.

### **Referências Bibliográficas**

**BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico.** Rio de Janeiro:Difel, 1989.

**BECK, Ulrich. Risk Society: Toward a new modernity.** London, Sage Publications, 1992.

**CRISPIM**, Renata Borges. **Greenpeace: a guerrilha midiática como estratégia.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

**CORREIA**, João. O Poder do jornalismo e a mediatização do espaço público. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa: Relógio d'água, 2000, pp 193-209.

**DEMAJOROVIC**, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade: perspectivas para a educação corporativa.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

**ERCEGOVAC**, Zorana. *Environmental Research: communication studies and information sources*, **Annual Review for Information Science and Technology – ASIS**, 1992, v.27.

**FERREIRA**, Leila da Costa & **VIOLA, Eduardo (orgs.)**. Incertezas de sustentabilidade na globalização. São Paulo, Editora UNICAMP, 1996, 2ª edição.

**FREEMAN**, C. *Technology, progress and quality of life*. **Science and Public Policy**. v.14, n.1, 1995, pp.14-19.

**GIDDENS**, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

**HOBBSBAM**, Eric J. **A era das revoluções** : Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.5ª ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Título original: *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. London, Weidenfeld & Nicolson Ltd, [s.d.].

**MOURA**, Dione Oliveira. A imprensa e a construção do discurso sobre a neutralidade da ciência: a explosão da bomba de Hiroshima. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *A incompreensão das diferenças*. 11 de setembro em Nova York. Brasília: Edições IESB, 2002.

**SILVER, C.S. & DeFRIES, R. S. One earth, one future: our changing global environment.** National Academy of Sciences, 1990.

**SCHRAMM, Wilbur. Men, Messages and Media: A look at human communication.**  
Nova York: Harper and Row, 1971.

**VERON, Eliseo. Construire l'événement. Les medias et l'accidente de three mile island.**  
Paris: Les Éditions de Minuit, 1981.

**VILLAR, Roberto. Jornalismo ambiental – evolução e perspectivas.** Disponível em:  
<[www.agirazul.com.br](http://www.agirazul.com.br)> acessado em 25/11/2002.